

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,  
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE  
DOIS MIL E CATORZE**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2 – ORDEM DO DIA**

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei Número 75/2013, de 12 de Setembro;
- b) Aprovação dos Documentos Previsionais para 2015;
- c) Aprovação da proposta sobre a participação variável dos Municípios no IRS;
- d) Aprovação dos seguros de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal.

**3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO**

**4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: José Severino Soares Miranda, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Carlos Manuel Andrade Costa, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos

Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração ao projeto da ata da anterior sessão; não se tendo verificado nenhuma proposta, colocou à votação a ata que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de imediato ao Ponto um “Período Antes da Ordem do Dia”, tendo usado da palavra o Membro Manuel Gonçalves para falar sobre a Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, referindo que enquanto integrada pelos concelhos de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, se realizaram projetos de interesse, como a Feira do Queijo e a Formação dos funcionários, bem como a luta pela melhoria da qualidade de vida das populações. Disse também que como elemento da mesma, teve receio que a fusão ou integração desta numa Comunidade maior e com sinergias diferentes, não desse frutos. Na última reunião realizada em Seia onde se discutiu o Plano Estratégico, foi dito que talvez em 2016 houvesse alguns projetos. Sabe-se que alguns concelhos quiseram implementar projetos e, até ao momento, ainda não se concretizou nada digno de interesse. Manifestou a sua tristeza em relação ao assunto, dizendo que a região é grande e com potencialidades mas que carece de dinamismo quer a nível de emprego, quer a nível de qualidade de vida das populações e, por isso, deveríamos aproveitar esta união de concelhos para levar a cabo alguns projetos. Espera que esta fusão cumpra os seus objetivos que terão de ir ao encontro das necessidades dos concelhos que a integram.

De seguida mostrou a sua satisfação com a iniciativa de se organizarem exposições das Freguesias, porque evidenciam que este concelho tem muito para ver e muitas potencialidades e aconselhou os restantes a visitá-las.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra questionou o executivo acerca da derrocada junto ao edifício da Câmara Municipal e qual a razão de a mesma lá continuar uma vez que dá mau aspeto.

O Membro da Assembleia Elvas da Rocha interveio para abordar três assuntos, o primeiro relacionado com a marcação da Assembleia Municipal,

dizendo que esta já devia ter sido realizada, uma vez que não é conveniente fazê-lo tão próximo das festividades natalícias.

De seguida felicitou as novas direções, quer da Santa Casa da Misericórdia quer da Associação dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, e espera que trabalhem em prol do concelho e da população.

Por fim lamentou o que se passa atualmente no país, dizendo que os culpados se encontram em liberdade e espera que os responsáveis pela atual situação dos pensionistas e funcionários públicos venham a ser julgados.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo este referido que em relação à questão da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, as coisas não estão a decorrer na normalidade nomeadamente o Plano Estratégico, mas este foi aprovado e teremos de passar ao plano da ação. Acrescentou que para o ano a direção será outra e, por isso, tem esperança que a situação melhore.

Em relação às exposições, o trabalho foi desenvolvido em conjunto com as Juntas de Freguesia e, no final, talvez se faça uma grande exposição com todos os produtos e objetos expostos.

Relativamente à derrocada e de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, não será viável proceder ao arranjo do muro enquanto o mau tempo se mantiver. A situação está a ser avaliada.

Em relação à eleição das novas direções da Santa Casa da Misericórdia e dos Bombeiros Voluntários, referiu que foi um ato democrático e os candidatos usaram os argumentos de que dispunham.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de trabalhos: " Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n.º383 datado de 16 de dezembro de 2014, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Como nenhum membro da Assembleia pretendeu fazer uso da palavra, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Aprovação dos Documentos Previsionais para 2015", tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que este foi o orçamento possível, tendo em conta a situação

financeira da Câmara Municipal e o enquadramento legal. O Orçamento carece de avaliação do Fundo de Apoio Municipal e, caso seja necessário, será feito um Orçamento Retificativo. Referiu também que irá ser pedido um alargamento do prazo de pagamento do empréstimo.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que a explicação do Sr. Presidente da Câmara foi clara na medida em que o orçamento está sempre dependente do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Referiu ainda que basta cumprir as Normas de Execução indicadas no orçamento para que não “haja disparates contabilísticos” na contabilidade da Câmara. Espera que o que está escrito seja um compromisso efetivo da Câmara Municipal em relação à realização da despesa. Referiu também que o orçamento é um processo dinâmico que pode ser alterado mas o que mais lhe interessa é que as normas existam para a execução do mesmo.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra manifestou o seu agrado com as normas subjacentes à concretização do orçamento porque imprimem rigor. Lamentou o pouco tempo de que dispõe para analisar os documentos referentes à Assembleia e, por isso, gostaria que no futuro a documentação fosse enviada com mais antecedência. Leu com atenção o que estava subjacente à elaboração do orçamento e apercebeu-se que seria também um suporte para a implementação do SIADAP. Referiu que este processo terá de ser gerido por alguém com competência para o efeito, que saiba motivar os funcionários e premiar quem se empenha.

Seguidamente falou nas Opções do Plano, em particular na rubrica da Educação salientando que há uma parte que deveria ser considerada um investimento, como é o caso dos manuais escolares. Mostrou a sua indignação ao constatar que se contemplam mais as festividades como o Fornos Cup do que a educação.

Abordou a questão da situação em que se encontra o Bairro do Ténis, desde que foi construído nunca foi sujeito a obras de manutenção, necessitando assim de ser arranjado e pintado e continua a não ver empenho na limpeza e manutenção das ruas e caminhos de Fornos.

Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara e manifestou o seu desejo de ver novamente o espaço contíguo à Câmara como um jardim.

O membro da Assembleia Marcos Paulo referiu que teve conhecimento da abstenção dos vereadores do PSD à aprovação do Orçamento em reunião de Câmara acompanhada de uma declaração de voto. Questionou o facto de essa declaração não vir anexa à documentação referente à Assembleia, desconhecendo, assim, o teor da mesma.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tendo este referido que o SIADAP deverá ser encarado como um instrumento de avaliação mas também de gestão.

Relativamente às despesas com as festividades, referiu que da organização do Fornos Cup também provêm receitas que servirão para fazer face a algumas despesas.

No que diz respeito ao Bairro do Ténis, o processo de insolvência ainda está a decorrer e só depois de este ser encerrado a Câmara Municipal poderá intervir.

Em relação à limpeza dos caminhos, reconheceu que esta não tem sido feita nalguns locais e ao que sabe há também alguns contentores do lixo rotos, estas situações estão a ser analisadas, para depois serem solucionadas.

No que concerne ao jardim contíguo à Câmara, o Sr. Engenheiro Lopes está a estudar uma solução para proceder ao arranjo do jardim.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea b) da Ordem do Dia: "Aprovação dos Documentos Previsionais para 2015", tendo sido aprovada por maioria com 11 (onze) abstenções.

Passou-se de seguida à alínea c) da Ordem de Trabalhos: "Aprovação da proposta sobre a participação variável dos Municípios no IRS", tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que a maximização da taxa do IRS decorre da Lei e, por isso, o assunto terá de ser submetido à aprovação da Assembleia.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira interveio para referir que não compreendeu se estaria a votação a aprovação da taxa de 5%, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim porque a Câmara está em processo de saneamento financeiro e essa maximização decorre da Lei.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira referiu que este seria um imposto acrescido para os munícipes.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à afirmação do Membro Pedro Oliveira acrescentou que não era um imposto acrescido, apenas a

Câmara com essa deliberação, terá direito a uma participação até 5% do valor do IRS da coleta do ano anterior.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que até aqui o silêncio da Câmara equivalia à mesma decisão que iriam tomar e que agora os 5% teriam de ser declarados. Acrescentou ainda que quer a Assembleia quer a Câmara Municipal apenas poderiam apresentar uma proposta inferior aos 5%.

O Membro da Assembleia Luís Miguel Ginja referiu que o Plano de Reequilíbrio Financeiro obriga à aplicação de uma taxa máxima e, se porventura, fosse deliberado aplicar uma taxa de 3%, por exemplo, estariam a incorrer numa ilegalidade.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu que relativamente ao IRS, pensava haver uma possibilidade de não estarmos sujeitos à maximização e que com o Fundo de Apoio Municipal talvez houvesse uma possibilidade de inverter a situação em relação aos Municípios que se encontram em Reequilíbrio Financeiro. Referiu ainda que a situação económica no ano de 2008, nomeadamente antes da reavaliação em sede de IMI, não era a mesma de 2014. Há dois anos quando defendeu a diminuição da taxa, referenciou nos pressupostos, que sofremos um aumento desmesurado em relação ao valor coletável dos edifícios, este aumento reflete-se no valor que sai do bolso dos munícipes. Acrescentou que devemos lutar através dos meios disponíveis para sair deste determinismo e abrandar a carga fiscal.

O Membro da Assembleia Marcos Paulo referiu que ao que sabe, em mandatos anteriores, nomeadamente no último mandato em que o Membro Luís Ginja era vereador, a posição do PS era fixar as taxas nos limites mínimos e o Município já se encontrava em Plano de Reequilíbrio Financeiro. Salientou que o PSD está solidário com o executivo nesta matéria mas não é necessário justificar constantemente a maximização das taxas com o que está previsto no Plano.

O Membro da Assembleia Luís Miguel Ginja interveio para referir que nos mandatos em que foi vereador votou sempre pela maximização das taxas, com a Câmara e sempre que na Assembleia houve aprovação de taxas o executivo votou sempre por unanimidade. Disse que enquanto vereador votará sempre pela maximização das taxas porque a Lei assim obriga. Acrescentou

que na Assembleia em que alguém propôs a redução das taxas ele não estava presente e, por isso, não teve direito a voto.

O Membro da Assembleia e Primeiro Secretário Artur Oliveira subscreveu as palavras do Membro Manuel Gonçalves, referindo que vai votar a favor da maximização das taxas embora saiba que isso o vai prejudicar, mas a realidade de agora é diferente. Pediu ao Sr. Presidente que intercedesse junto da tutela porque seria uma forma de compensar algumas injustiças.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira deu os parabéns ao Membro Manuel Gonçalves, elogiou a sua intervenção e concordou com as suas palavras reforçando a ideia de que terá de haver coragem política para lutar contra a maximização das taxas. No passado houve essa coragem e correram-se riscos e, por isso, lançou o desafio de votarem contra a maximização da taxa de IRS.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que o Município não pode prescindir desta receita, neste momento não é oportuno fazê-lo mas no futuro poderão preparar uma decisão política e propor uma taxa mais baixa, como 4%. Acrescentou que deveriam votar a favor da taxa máxima.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que há por parte do governo uma posição ortodoxa relativamente à questão do horário de trabalho obrigando os funcionários dos Municípios em Reequilíbrio Financeiro a trabalhar 40 horas.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea c) da Ordem do Dia: “Aprovação da proposta sobre a participação variável dos Municípios no IRS”, tendo sido aprovada por maioria com 3 (três) abstenções.

Passou-se à alínea d) da Ordem do Dia: Aprovação dos seguros de acidentes pessoais dos Membros da Assembleia Municipal” tendo o Sr. Presidente da Assembleia referido que este assunto deveria ter sido apresentado à Assembleia no início do mandato. Acrescentou que poderia ser a proposta anterior ou levarem-se novas propostas.

O Sr. Presidente da Câmara disse que os seguros mantêm os valores anteriores.

O Membro da Assembleia Luís Ginja referiu que os Secretários da Mesa deviam ser contemplados com mais dias, uma vez que todo o trabalho de uma Assembleia passa por eles.

Relativamente à questão das Seguradoras disse que no futuro, o mais correto seria abrir concurso.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo este sido aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida ao Ponto três da Ordem de Trabalhos: “Outros assuntos de interesse para o concelho”.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves abordou a questão do IP5 dizendo que as mimosas já estão na estrada, podendo provocar acidentes e o que à partida será uma questão fácil de resolver, poderá tornar-se num grave problema para a Câmara Municipal.

Seguidamente solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que intercedesse junto do Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira no sentido de se proceder ao arranjo dos 7 KM de estrada que ligam Fornos de Algodres a Celorico da Beira, uma vez que há muita gente a utilizar este troço para evitar as portagens.

Propôs também ao Sr. Presidente da Câmara a construção de um percurso pedestre, aproveitando a Av.<sup>a</sup> 25 de Abril com ligação à zona do Lagar e passando pelo Esquerdo até à vila, no sentido de criar uma faixa diferente onde as pessoas possam caminhar com mais segurança.

Felicitou o executivo pelo empenho demonstrado em organizar atividades culturais, nomeadamente concertos e exposições e pediu a presença de todos nesses eventos.

Por fim desejou a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo.

O Membro da Assembleia Cristina Guerra referiu que as piscinas não funcionam desde que o ano letivo começou, certamente devido à falta de verbas para o arranjo das mesmas e, como tal, seria uma boa fonte de receita o facto de estas estarem abertas ao público durante os meses de verão.

Relativamente aos programas culturais organizados pela Câmara referiu que há falta de divulgação e daí a pouca afluência das pessoas.

Concordou com as palavras do Membro Manuel Gonçalves acerca do determinismo em que vivemos e, em nome do CDS e como Membro da Assembleia, disponibilizou-se para que em conjunto possam fazer algo, nomeadamente dar a conhecer aos Membros do Governo a realidade dos habitantes do interior do país. Acrescentou que desta forma será muito difícil

cativar novos residentes e conseqüentemente aumentar as receitas. As pessoas cada vez mais se deslocam para as cidades o que provoca o conseqüente arrastamento da indústria e dos serviços.

Por fim desejou um feliz Natal a todos.

O Membro da Assembleia Luís Agostinho alertou para a situação em que se encontram os passeios à entrada da freguesia de Infias o que dá mau aspeto a quem a visita e questionou o Sr. Presidente da Câmara se está para breve o seu arranjo.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão do IP5 disse que estão a resolver. Em relação ao troço da Estrada Nacional 16 que liga Fornos a Celorico referiu que há falta de pessoal e o Sr. Presidente da Câmara de Celorico não se mostra muito interessado em resolver a questão.

No que diz respeito à proposta do Membro Manuel Gonçalves em construir-se um percurso pedestre já está a ser feito algum trabalho.

No que concerne às atividades culturais organizadas pela Câmara, reconheceu que não têm tido a adesão que se desejava mas espera que num futuro próximo a situação melhore.

Em relação ao encerramento das piscinas referiu que surgiu um problema e que houve necessidade de alterar todo o processo de reparação, mas em Janeiro reabrirão.

Relativamente à questão do determinismo em que vivemos, está disponível para fazer algo que marque uma posição.

Em resposta à intervenção do Membro Luís Agostinho disse que os passeios à entrada de Infias são para arranjar mas não para já, uma vez que há muitos funcionários de férias.

Por fim desejou a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

Passou-se ao ponto quatro da Ordem do Dia: "Intervenção do Público".

O elemento do público Porfírio Paraíso interveio para abordar dois pontos: primeiro questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da Praia Fluvial, quanto se gastou e se é um espaço público ou privado; segundo questionou se havia algum acordo para o facto de se ter emprestado um trator para proceder a limpezas no Município de Aguiar da Beira.

Relativamente à questão da Praia Fluvial o Sr. Presidente da Câmara referiu que há um acordo de comodato cuja informação trará na próxima Assembleia.

Em relação à questão do Trator não tem conhecimento mas vai informar-se.

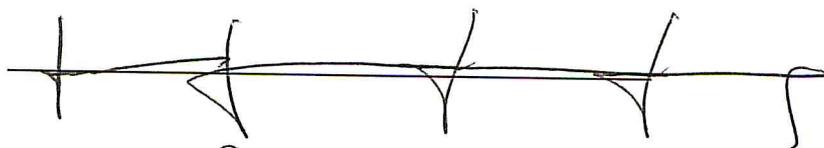
O Sr. Presidente da Assembleia referiu que sabia que o destinatário das questões era ele e esclareceu que relativamente à questão da Praia Fluvial, o Sr. Presidente da Câmara deveria trazer o contrato à Assembleia para tirar todas as dúvidas.

No que concerne ao trator, este foi cedido no âmbito das suas competências a uma empresa de que era sócio o Membro da Assembleia Artur Oliveira, tendo havido o pagamento das horas de utilização num processo que ocorreu há cerca de dez anos. Na altura foi feita uma denúncia anónima à Judiciária e Ministério Público que resultou num processo de investigação que já foi arquivado, depois de feitas todas as averiguações.

O Sr. Presidente da Assembleia de imediato submeteu a votação, a aprovação em minuta das deliberações, tendo sido aceite e aprovada por unanimidade e assinada pela Mesa.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

